

Sumário

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

Maior eficiência na investigação criminal prevista na lei anticrime e sua constitucionalidade

Carlos Eduardo Ferreira dos Santos 15

Teorias orientadoras do bem jurídico-penal na lavagem de capitais

Fernando França Magri 33

Concessão de salário-maternidade às mulheres indígenas: o caso guarani

Lucas Medeiros Gomes 57

Comércio eletrônico: guia do Conselho Nacional de Combate à Pirataria sobre boas práticas e orientações

Luís Rodolfo Cruz e Creuz 75

JURISPRUDÊNCIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

Concurso público para o cargo de agente e escrivão da polícia federal. Exigência de exame psicotécnico. Admissibilidade. Previsão legal. Ausência de critérios objetivos no edital. Ofensa aos princípios constitucionais da legalidade, moralidade e impessoalidade. Teste de Zulliger não aprovado no Conselho Federal de Psicologia. Reprovação de candidatas indevida.

ApCiv 0019805-79.2002.4.03.6100

Desembargadora Federal Mônica Nobre 93

INFRAERO. Dano moral. Acidente no deslocamento de passageiro da aeronave para o terminal de passageiros. Passageiro com mobilidade reduzida. Dano, evento danoso e nexo de causalidade. Comprovados. Responsabilidade solidária da administradora do aeroporto e da empresa aérea. Dever de indenizar.

ApCiv 0004281-27.2011.4.03.6100

Desembargador Federal Souza Ribeiro 99

Auto de infração. ANTT. Inscrição do nome da autora no SERASA. Irregularidade. Comprovada. Dano moral. Responsabilidade objetiva da administração pública. Danos, evento danoso e nexo de causalidade. Comprovados. Dever de indenizar. Configurado.

ApelRemNec 0003600-46.2014.4.03.6102

Desembargadora Federal Diva Malerbi 116

Execução Fiscal. Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo. Anuidades dos anos de 2012, 2013 e 2014. Valor exequendo superior a 4 (quatro) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física inadimplente. Multa eleitoral do ano de 2011.

ApCiv 0068009-82.2014.4.03.6182

Juíza Federal Convocada Denise Avelar 125

Contrato de concessão para a prestação de serviço público. Estação aduaneira. Desequilíbrio econômico-financeiro. Inexistência. Impossibilidade de rescisão contratual ou de condenação para pagamento de indenização por perdas e danos. Risco do negócio.

ApCiv 0011747-27.2015.4.03.6102

Desembargador Federal Johonsom Di Salvo.....130

Aeronave objeto de pena de perdimento. Despesas de hangaragem. Responsabilidade da Receita Federal do Brasil, fiel depositária. Recebimento de metade do valor pleiteado. Afastamento. Comprovação da diligência da parte autora no período anterior ao ajuizamento da demanda.

ApelRemNec 5001551-24.2018.4.03.6128

Desembargadora Federal Consuelo Yoshida 141

Mandado de segurança. INSS. Determinação judicial para atendimento em horário integral das 17h e 19h, nas agências do INSS, independentemente de agendamento prévio.

ApCiv 5004028-26.2018.4.03.6126

Desembargador Federal André Nabarrete.....148

INMETRO e IPEM/SP. Multa administrativa. Fiscalização relativa a brindes em ovos de páscoa. Informações adequadas.

ApCiv 5014970-98.2018.4.03.6100

Desembargador Federal Marcelo Saraiva..... 152

FGTS. Levantamento. Conta inativa. Pandemia causada pela doença COVID-19. Estado de calamidade pública. Lei nº 8.036/90, artigo 20, XVI, “a”. Tutela de urgência.

AI 5018346-88.2020.4.03.0000

Desembargador Federal Cotrim Guimarães..... 157

DIREITO CONSTITUCIONAL

Pandemia de coronavírus. Requisição de bens e serviços. Lei nº 13.979/2020.

AI 5007553-90.2020.4.03.0000

Desembargador Federal Fábio Prieto161

DIREITO EMPRESARIAL

Propriedade industrial. Marca. Exclusividade individual no uso de nome de município. Impossibilidade.

ApCiv 0005685-45.2013.4.03.6100

Desembargador Federal Hélio Nogueira 173

DIREITO PENAL

Usurpação de patrimônio da União. Lei nº 8.176/1991. Extração irregular de argila. Capitulção jurídica correta. Autoria, materialidade e dolo comprovados. Erro de proibição. Estado de necessidade. Inocorrência. Dosimetria da pena. Pena-base exasperada.

ApCrim 0000960-67.2014.4.03.6103

Desembargador Federal Nino Toldo 187

Roubo majorado. Desclassificação para o crime de furto. Grave ameaça. Princípio da insignificância. Dosimetria. Confissão. Circunstâncias objetivas. Extensão da decisão em benefício de corréu.

ApCrim 0004554-71.2015.4.03.6130

Desembargador Federal Maurício Kato 193

Furto qualificado pela destreza. Tentativa. Princípio da insignificância: refutamento. Crime impossível: rechaçamento. Crime continuado: necessidade de que não tenha transcorrido lapso superior a 30 (trinta) dias entre as infrações penais de mesma espécie.

ApCrim 0008530-93.2016.4.03.6181

Desembargador Federal Fausto De Sanctis 199

Artigo 342, § 1º do CP. Artigo 244-B do CP. Retratação após a sentença. Concurso de pessoas. Possibilidade. Induzimento. Provas suficientes para embasar a condenação. Redução da pena-base. Afastamento da agravante do artigo 62, III, do CP. Regime semiaberto.

ApCrim 0000172-69.2018.4.03.6117

Desembargador Federal José Lunardelli 216

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Aposentadoria por tempo de contribuição. Juízo de retratação. Artigo 1041, § 1º, do CPC/2015. Período rural anterior ao documento mais antigo. Súmula 577 do STJ e RESP nº 1348633/SP, julgado sob o rito do artigo 543-C do CPC/73. Comprovação. Reconhecimento do labor rural e concessão do benefício mantidos.

ApelRemNec 0002850-91.2003.4.03.6114

Desembargador Federal Luiz Stefanini 239

Pensão por morte. Benefício devido à companheira. Exclusão da ex-esposa. Inaplicabilidade da lei 13.135/2015.

Ag ApCiv 0001143-94.2011.4.03.6183

Desembargador Federal David Dantas 246

Ação Rescisória. Desaposentação indireta não configurada. Violação manifesta a norma jurídica não configurada. Pedido improcedente.

AR 5000010-41.2017.4.03.0000

Desembargadora Federal Lucia Ursaia..... 249

Aposentadoria especial. Atividade especial. Agentes biológicos. Auxílio doença. Sentença “ultra petita”.

ApCiv 5000503-46.2017.4.03.6134

Desembargador Federal Baptista Pereira253

Mandado de Segurança. Indeferimento de benefício. Tempo de contribuição. Não contabilização do período da fruição do auxílio-doença. Vínculo empregatício ativo, porém, inoperante. Exigência de dilação probatória. Incompatibilidade com o rito mandamental. Contribuição na qualidade de segurado facultativo. Desqualificada por ser segurado obrigatório. Reafirmação da DER.

ApCiv 5002416-87.2017.4.03.6126

Juíza Federal Convocada Leila Paiva.....263

Recálculo da renda mensal inicial. Média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo. Artigo 29, I e II, da Lei nº 8.213/1991. Recurso Especial Repetitivo nº 1.554.596/SC.

Ag ApCiv 5007831-74.2017.4.03.6183

Desembargador Federal Newton De Lucca 269

Auxílio-doença. Concessão mantida. Incapacidade parcial e temporária. Qualidade de segurado e carência demonstrados. Termo inicial. Termo final.

ApCiv 0012769-64.2018.4.03.9999

Desembargador Federal Paulo Domingues273

Recálculo de benefício. Atividades concomitantes. Soma das contribuições. Artigo 32 da Lei nº 8.213/1991. Consectários.

ApCiv 5003239-84.2019.4.03.6128

Desembargador Federal Gilberto Jordan277

Ação Rescisória. Benefício por incapacidade. Valoração do conjunto probatório. Adoção de fundamento diverso. Inocorrência de julgamento “extra petita”. Devolução de valores. Boa-fé. Matéria afetada. Questão controvertida. Incidência da Súmula nº 343 do E. STF. Utilização das “máximas de experiência”. Erro de fato não caracterizado.

AR 5014105-08.2019.4.03.0000

Desembargador Federal Sérgio Nascimento 284

Auxílio-reclusão. Requisitos não preenchidos. Renda superior ao limite legal.

ApCiv 6233410-50.2019.4.03.9999

Desembargador Federal Toru Yamamoto 292

Salário-maternidade. Trabalhadora rural. Indígena. Certidão. FUNAI. Prova testemunhal. Atividade rural não comprovada pelo período exigido em lei.

ApelRemNec 5003748-08.2020.4.03.9999

Juíza Federal Convocada Vanessa Mello 296

Pensão por morte até conclusão de curso universitário. Filho maior. Impossibilidade de manutenção do benefício. Litigância de má-fé não caracterizada. Revogação da condenação em multa imposta à parte autora.

ApCiv 5158097-66.2020.4.03.9999

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta 300

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Cumprimento de sentença. Princípio da fidelidade ao título executivo judicial. Proposta de acordo. Homologação.

AI 5007372-60.2018.4.03.0000

Desembargador Federal Carlos Delgado307

Execução extrajudicial. Tutela provisória de urgência. Sistema financeiro imobiliário. Lei nº 13.465/2017. Leilão. Intimação. Direito de preferência.

AI 5031267-50.2018.4.03.0000

Desembargador Federal Valdeci Dos Santos310

Ação Civil Pública. Decretação de indisponibilidade. Desbloqueio de bem. Direito de terceiro. Necessidade de boa-fé. Anterioridade do instrumento contratual e pagamento do preço.

AI 5021022-43.2019.4.03.0000

Desembargador Federal Antonio Cedenho 317

Afetação do Tema 810 no E. STF não enseja a suspensão do feito. Tutela de urgência mantida até nova perícia ou prolação de sentença.

AI 5026168-65.2019.4.03.0000

Desembargador Federal Nelson Porfírio323

Cumprimento de sentença. Multa pelo atraso no cumprimento da obrigação. Valor reduzido.

AI 5028004-73.2019.4.03.0000

Desembargadora Federal Inês Virgínia 326

Penhora. Cumprimento de sentença. Crédito junto às operadoras de cartão de crédito. Presença dos requisitos.

AI 5003412-28.2020.4.03.0000

Desembargador Federal Carlos Francisco331

Conflito negativo de competência. Juízo Federal e JEF. Valor da causa inferior a 60 salários mínimos. Necessidade de perícia considerada complexa. Irrelevância para fixação da competência.

CCCiv 5003790-81.2020.4.03.0000

Desembargador Federal Batista Gonçalves 338

Pedido de avocação de autos formulado pelo INSS. Feito em tramitação perante a 2ª Vara da Comarca de Conchas-SP. Não submissão de sentença concessiva de aposentadoria por tempo de serviço ao duplo grau obrigatório.

Avocatória 5010620-63.2020.4.03.0000

Desembargador Federal Mairan Maia 343

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Revisão Criminal. Extorsão mediante sequestro. Roubo qualificado. Impossibilidade de absorção ou concurso formal. Desígnios autônomos. Corrupção de menores. Dosimetria da pena mantida. Conformidade com a prova.

RvC 5028174-79.2018.4.03.0000

Desembargador Federal Paulo Fontes 351

Conflito Negativo de Jurisdição. Interposição fraudulenta de terceiros em processo de importação. Divergência penal. Descaminho. Interposta pessoa. Introdução clandestina. Tipificação.

CJ 5029754-13.2019.4.03.0000

Desembargador Federal André Nekatschalow 359

DIREITO TRIBUTÁRIO

Empresa produtora e exportadora. Vendas realizadas à Zona Franca de Manaus, Amazônia Ocidental e áreas de livre comércio. Crédito presumido de IPI.

ApCiv 0001365-36.2006.4.03.6119

Desembargadora Federal Marli Ferreira 369

Mandado de Segurança. Lei nº 12.546/2011. Lei nº 13.670/2018. Regime de tributação diferenciado da contribuição previdenciária sobre receita bruta. Manifestação de adesão ao regime diferenciado na primeira competência do ano. Revogação legislativa posterior. Impossibilidade de alteração no curso do exercício financeiro.

ApCiv 5006378-50.2018.4.03.6105

Desembargador Federal Wilson Zauhy 378

Execução Fiscal. Inclusão do empresário individual no polo passivo da demanda executiva. EIRELI – empresa individual de responsabilidade limitada.

AI 5007341-40.2018.4.03.0000

Desembargador Federal Nery Júnior 381

Embargos à Execução Fiscal. Responsabilidade dos sócios. Dissolução irregular. Bem de família. Lei nº 8.009/1990. Requisitos não comprovados.

ApCiv 5018459-91.2018.4.03.6182

Desembargador Federal Peixoto Junior 384

Execução Fiscal. Indisponibilidade patrimonial. BACENJUD. Risco de prática de crime de abuso de autoridade. Improcedência da alegação.

AI 5032532-53.2019.4.03.0000

Desembargador Federal Carlos Muta 394

SENTENÇAS

Ação Civil Pública. Improbidade administrativa. Medida cautelar de indisponibilidade de bens. Cessão irregular em assentamento do INCRA. Locupletamento ilícito por parte dos cessionários. Utilização de patrimônio público para fins puramente privados (exploração comercial).

0003001-24.2011.4.03.6002

Juiz Federal Rubens Petrucci Junior 401

Obrigação de fazer. IFSP. Aluno deficiente auditivo. Contratação de profissional intérprete de LIBRAS para garantir acessibilidade a curso na instituição.

0002509-19.2018.4.03.6315

Juiz Federal Paulo Mitsuru Shiokawa Neto 415

DNIT. Ação de desapropriação por utilidade pública, com pedido de imissão provisória na posse. Faixa de domínio afetada a fins ferroviários para a implementação de Obras de Arte Especiais – OAE para transposição de via férrea no Município de Botucatu, EF-265, Trecho Ferroviário de Mairinque – Rubião Jr. Implantação de viaduto rodoviário para a transposição da citada ferrovia, bem como do Rio Lavapés, e construção da Avenida de Interligação Leste.

5000758-76.2018.4.03.6131

Juiz Federal Mauro Salles Ferreira Leite 419

Compromisso de promessa de compra de unidade no empreendimento Edifício Residencial Villa Galli 3. Modalidade de aquisição de imóvel na planta. Atraso na entrega. Pleito de rescisão de contrato; devolução dos valores pagos; ressarcimento com despesas de aluguel e indenização por dano moral.

5007011-16.2018.4.03.6120

Juiz Federal Márcio Cristiano Ebert 427

Ação Penal. Crimes previstos no Código Penal, art. 157, § 3º, II c/c art. 14, II e parágrafo único, por 11 (onze) vezes, em concurso formal impróprio (art. 70, “caput”, segunda parte, CP); art. 311 da Lei nº 9.503/97 (CTB); art. 16 da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento); art. 148, “caput”, do Código Penal; e art. 2º, § 2º, da Lei nº 12.850/2013.

5000558-41.2019.4.03.6129

Juiz Federal Gabriel Hillen Albernaz Andrade 436

Ação Civil Pública. UNE. Entrevista concedida pelo então Ministro da Educação, Abraham Weintraub. Programa “7 Minutos com a Verdade”. Alegação de graves acusações contra estudantes e universidades públicas, bem como à autonomia universitária.

5025911-73.2019.4.03.6100

Juíza Federal Sílvia Figueiredo Marques 520

Tutela de urgência. Auxílio emergencial. Lei nº 13.982/2020. Indeferimento administrativo. Alegação de situação de penúria em decorrência da crise provocada pela pandemia da Covid-19.

0000779-08.2020.4.03.6313

Juiz Federal Gustavo Catunda Mendes524

SÚMULAS

Súmulas do TRF da 3ª Região537

Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região541